

UMA ANÁLISE DO DISCURSO E DO NÃO-DISCURSIVO NA ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT *AN ANALYSIS OF DISCOURSE AND NON-DISCURSIVE ARCHEOLOGY OF MICHEL FOUCAULT*

Daniel Salésio Vandresen¹

RESUMO: O artigo tem por objetivo pensar a noção de acontecimento discursivo como indispensável para compreender a articulação entre o discurso e o não-discursivo na arqueologia de Michel Foucault. A noção de acontecimento aparece principalmente na obra *A Arqueologia do Saber* (1969) e faz referência às condições de aparecimento do discurso. Para que algo possa surgir, para que um pensamento possa acontecer ou ainda, para que alguém possa dizer alguma coisa em determinado momento, são necessárias condições discursivas e não-discursivas. Para o autor, não são apenas as regras internas ao discurso que o determinam, mas também as condições não-discursivas condicionam o que pode ser dito. O não-discursivo determina que um discurso seja legítimo, seja autorizado institucionalmente para dizer a verdade. Daí que compreender o discurso como acontecimento significa entender quais as condições que alguém precisa aceitar quando pronuncia algo em algum momento. Condições que não são apenas discursivas, mas também não-discursivas. Deste modo, este texto percorre as principais obras da trajetória arqueológica procurando evidenciar como esta relação se estabelece.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault. Acontecimento. Discurso. Não-discursivo.

ABSTRACT: The article aims to think the notion of discursive event as indispensable for understanding the relationship between discourse and non-discursive in Michel Foucault's archeology. The notion of event mainly appears in the work *The Archaeology of Knowledge* (1969) and references the conditions of occurrence of speech. For something to come to a thought could happen or, for someone to say something at one point discursive and non-discursive conditions are necessary. For the author, are not only internal to the discourse rules that determine, but also non-discursive conditions determine what can be said. The non-discursive determines that a speech is legitimate and authorized institutionally to tell the truth. Hence understand speech as an event means understanding what conditions need to accept when someone utters something sometime. Conditions that are not only discursive but also non-discursive. Thus, this article shows the major works of archaeological trajectory seeking to demonstrate how this relationship is established.

KEYWORDS: Michel Foucault. Event. Discourse. Non-discursive

INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa é pensar a relação entre discurso e o não-discursivo na fase arqueológica do pensamento de Michel Foucault. Isto porque, em uma primeira análise se percebe que tal assunto não foi tematizado pelo autor, embora, em cada uma das obras deste período seja possível observar uma tensão na relação entre o discurso e o não-discursivo. Em cada uma de suas obras a relação do discurso com o não discursivo

¹ Professor do Instituto Federal do Paraná - IFPR/Câmpus Assis Chateaubriand. Pesquisador do Grupo de Pesquisa: Filosofia, Ciência e Tecnologias. Mestre em Filosofia/UNIOESTE-Pr. E-mail: daniel.vandresen@ifpr.edu.br. O texto é uma releitura da dissertação de mestrado, sob o título: O Discurso como um elemento de articulação entre a Arqueologia e a Genealogia de Michel Foucault (2008).

é uma distinção aceita e sempre presente. E é justamente porque Foucault não constrói nenhuma sistematização para o assunto, que este estudo pretende desenvolver o tema investigando as principais obras desta fase de seu pensamento.

Alguns autores (como Gilles Deleuze, Rabinow e Dreyfus, por exemplo) interpretam a superação do conflito entre discurso e não-discursivo pela noção de poder da fase genealógica. No entanto, este trabalho propõe pensar na própria dinâmica da arqueologia a articulação que Foucault estabelece entre o discurso e o não-discursivo. Não se quer afirmar com isso, que a noção de poder não foi importante para repensar esta relação. Mas, somente delimitar e descrever a trama que o próprio autor traça na arqueologia para relacionar o não-discursivo no próprio processo produtivo do discurso.

Ainda, pretende-se defender a ideia de que a noção de acontecimento discursivo permite compreender a relação entre o discurso e o não-discursivo na arqueologia de Michel Foucault. Também, defende-se que a obra *A Arqueologia do Saber* (1969)² constitui uma reviravolta no pensamento do autor, porque, primeiro, verifica-se a ausência da noção de episteme, buscando pensar o discurso enquanto prática que obedece a regras que pertencem ao nível discursivo e regras que se formam na relação com o não-discursivo; segundo, a noção de acontecimento permite pensar o discurso em suas regras e condições de aparecimento e, também, compreender o que determina sua existência e utilização material.

A TRAJETÓRIA ARQUEOLÓGICA

Com a proposta de uma investigação arqueológica, inaugurada com a obra *História da Loucura* em 1961, o pensador francês pretende através da “análise do discurso” compreender o surgimento e a transformação dos saberes, isto porque entende que o saber veicula-se por meio de uma organização discursiva. O discurso é o objeto de análise da fase arqueológica, através dele pode-se compreender o saber de uma época, pois para que algo possa ser dito, para que se possa falar de alguma coisa ou ainda, para que um objeto apareça ao saber são necessárias condições discursivas e não-discursivas. A ordenação do discurso é o espaço que possibilita que as coisas apareçam para o saber.

Na fase arqueológica, que corresponde as obras da década de 1960, o discurso aparece como preocupação essencial, por exemplo: na obra *História da Loucura* (1961) constata-se que as diferentes épocas produziram discursos que exerciam sobre a loucura poderes específicos; em *O Nascimento da Clínica* (1963) o autor descreve que a transformação nos discursos da ciência médica da época clássica para a moderna não passou

² No texto *Resposta a uma questão* (1968), texto que antecede *A Arqueologia do Saber*, Foucault responde a questões levantadas pelo círculo de epistemologia, as quais dizem respeito justamente a relação que seu pensamento tem com a dimensão política. Daí a justificativa em pensar a obra de 1969 como uma tentativa de reestruturar questões não respondidas pelas obras anteriores.

de uma reorganização no espaço do saber; já em *As Palavras e as Coisas* (1966) demonstrou que em cada época existem diferentes ordens de saberes (*epistemes*) e os discursos que nelas surgem só são aceitos devido a esta organização e, enfim, em *A Arqueologia do Saber* (1969), o autor dá prosseguimento a sua análise do saber através da investigação do discurso em sua especificidade de enunciado. Nesse sentido, observa-se na arqueologia uma obsessão pela análise do discurso e através dele explicar as transformações históricas dos saberes.

No entanto, o que não aparece sistematizado em nenhum momento desta fase de seu pensamento é o estatuto da relação entre o discurso e o não-discursivo. Essa ideia é defendida por Dominique Lecourt, no texto *A Arqueologia e o Saber, da obra O Homem e o Discurso* (1971). “Mas esse mesmo princípio, se está presente em toda parte, não é pensada nunca. [...] Já descobrimos esse princípio: é a articulação das práticas discursivas sobre práticas não-discursivas” (ROUANET et al, 1971, p. 58). Isto não quer dizer que o não-discursivo esteja em segundo plano para Foucault, mas, ao contrário, fazem parte das condições de existência do discursivo.

Embora, nesta fase de seu pensamento, nenhum de seus livros tematize a relação entre o discurso e o não-discursivo, há em cada uma de suas quatro principais obras uma articulação mais explícita ou não. Assim, percebe-se que na *História da Loucura* as transformações nos discursos sobre a loucura estão em coexistência com as mudanças institucionais e sociais. Em *O Nascimento da Clínica*, analisam-se as transformações no discurso médico em coexistência com as mudanças históricas da medicina. Já em *As Palavras e as Coisas*, constata-se um afinilamento da análise arqueológica em descrever as condições de formação dos discursos a partir de uma regularidade que permite descrever mudanças epistêmicas. Obra que menos recorre a tentativa de relacionar o discurso com o não-discursivo. Enfim, a obra *A Arqueologia do Saber* marca uma descontinuidade em relação as obras anteriores, porque ao propor analisar a materialidade do enunciado pretende dar conta do discurso em seu domínio de acontecimento. E então, deixa de ser uma investigação restrita a análise das epistemes e passa a tratar o discurso como prática. Nesta obra Foucault não fala mais em epistemes, mas em “formação discursiva” (2005a, p.43), a qual não remete apenas ao discurso, mas também as condições que o antecede e o permite dizê-lo.

○ CONCEITO DE ACONTECIMENTO DISCURSIVO

A noção de acontecimento³ aparece principalmente na obra de 1969 e é indispensável para entender a relação entre o discurso e o não-discursivo. Isto porque,

³ Na fase genealógica, a noção de acontecimento irá aparecer reinterpretada pelo conceito de poder, onde o acontecimento é concebido como “uma relação de força que se inverte” (FOUCAULT, 2005d, p. 28). Outra importante aplicação da noção de acontecimento

nesta obra, o acontecimento é entendido como o próprio conjunto das condições que tornam um discurso possível. Condições estas que não são apenas regras internas ao discurso, mas também condições não-discursivas. Para que um discurso seja legítimo, autorizado institucionalmente para dizer a verdade, precisa seguir padrões estabelecidos. Foucault compreende acontecimento como a irrupção de uma nova regularidade discursiva, irrupção que coloca em jogo o acontecimento discursivo com acontecimentos não-discursivos. A análise do discurso enquanto acontecimento não é referente as leis do pensamento (espírito como influência para algo surgir), nem da ordem das coisas (mero jogo das circunstâncias), mas do conjunto de regras que compõe a condição para que um discurso possa acontecer. “A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar?” (FOUCAULT, 2005a, p. 30).

Compreender o discurso como acontecimento significa entender quais as condições que alguém precisa aceitar quando pronuncia algo em algum momento. Assim, afirma: “O que me interessa, no problema do discurso, é o fato de que alguém disse alguma coisa em um dado momento. [...] Isto é o que eu chamo de acontecimento” (FOUCAULT, 2006b, p. 255). O importante para Foucault não é o que está dito no discurso, se é dito pela primeira vez ou é uma repetição, mas, antes, o acontecimento que faz com que algo surja como novo ou repetido no discurso. Em *A Ordem do Discurso* (1971), afirma: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2006a, p. 26). Ao acontecer, o discurso coloca em jogo condições que o diferenciam de discursos anteriores ou ditos sobre outras condições. Daí, o discurso ser caracterizado como descontínuo, uma dispersão. A ideia de acontecimento está ligada a noção de descontinuidade, a qual significa: “[...] o fato de que em alguns anos, por vezes, uma cultura deixa de pensar como fizera até então e se põe a pensar outra coisa e de outro modo [...]” (FOUCAULT, 2005a, p. 69). O fato de um pensamento surgir, acontecer, já é para Foucault uma descontinuidade. De modo que a tarefa do arqueólogo é responder a questão: “[...] que singular existência é esta que vem a tona no que se diz e em nenhuma outra parte?” (FOUCAULT, 2005a, p. 31).

A tarefa de Foucault na obra de 1969 é investigar o discurso como constituído por um conjunto de enunciados. Assim, defende que a análise do acontecimento discursivo se faz através da descrição do enunciado. O enunciado aparece como a possibilidade de individualizar os discursos, em suas palavras: “[...] a descrição dos enunciados [...] conduz à individualização das formações discursivas” (FOUCAULT, 2005a, p.

tecimento surge a partir de uma leitura kantiana, na qual Foucault compreende a filosofia como problematização da atualidade, ou seja, ela busca revelar o presente, questionando o acontecimento que faz de nós quem somos (Cf. CARDOSO, 1995). Neste estudo não se abordará o conceito de acontecimento na fase genealógica.

132). Isso é possível porque há entre ambos uma relação de correspondência, na qual o enunciado constitui o discurso e esse é analisado ao nível do enunciado.

Para Foucault um enunciado corresponde a:

[...] qualquer série de signos, de figuras, de grafismos ou de traços – não importa qual seja sua organização ou probabilidade – é suficiente para constituir um enunciado, e que cabe à gramática dizer se se trata ou não de uma frase; à lógica, definir se ela comporta ou não uma forma proposicional; e à análise, precisar qual é o ato da linguagem que pode atravessá-la? Neste caso, seria necessário admitir que há enunciado desde que existam vários signos justapostos – e por que não, talvez? – desde que exista um e somente um (FOUCAULT, 2005a, p. 95).

Nessa citação, além de conceituar o que entende por enunciado, Foucault procura delimitar o domínio de investigação da análise arqueológica do enunciado. Uma análise que não pretende ser nem lógica, nem lingüística. Ainda, alerta para o fato de que o enunciado não pode ser confundido com uma proposição, uma frase ou ato de fala. Aliás, para essas funções da linguagem existirem é indispensável o enunciado em sua singularidade. Sobre isso afirma: “[...] o súbito aparecimento de uma frase, o lampejo do sentido, o brusco índice da designação surgem sempre no domínio de exercício de uma função enunciativa” (FOUCAULT, 2005a, p. 128). A primeira vista, diz Foucault (2005a, p. 90) o enunciado aparece como elemento último do discurso, ou seja, como *átomo* - elemento que não pode ser dividido. Contudo, ter o enunciado como elemento indecomponível não quer dizer que deve ser tomado como uma estrutura de unidade, mas antes como uma *função de existência* (2005a, p. 98). Isto quer dizer que o que importa para o autor é saber qual é o uso que se faz de um enunciado em um contexto. A pergunta essencial ao arqueólogo é: como o enunciado é utilizado em sua manifestação? Questão que remete ao conjunto das regras que tornam possível sua formação. Dessa forma, afirma: “[...] se há unidade, ela não está na coerência visível e horizontal dos elementos formados; reside, muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação” (FOUCAULT, 2005a, p. 80).

Nesta investigação arqueológica, Foucault descreve o enunciado a partir de quatro elementos funcionais: um referencial, uma função de sujeito, um campo associado e uma condição de materialidade.

Enquanto referencial, o enunciado não é uma mera correspondência entre pensamento e objeto. Possuir referencial significa que existe um conjunto regular que forma as condições de sua existência. O referencial como o conjunto “[...] de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (FOUCAULT, 2005a, p. 103). Deste modo, os enunciados formam um conjunto,

não porque remetem a um único objeto, mas por colocar em jogo regras que tornam possível um objeto surgir para o saber. A tarefa da arqueologia é a de fazer aparecer esse espaço aberto nos discursos no qual é possível se produzir e se formarem enunciados.

A função sujeito: o enunciado não possui sujeito, um autor que o constitui, mas um lugar de sujeito, ou seja, uma função vazia em que diferentes sujeitos podem vir a ocupar a posição no momento em que o proferir. Por sujeito Foucault entende: “[...] não a consciência que fala, não o autor da formulação, mas uma posição que pode ser ocupada, sob certa condição, por indivíduos indiferentes” (FOUCAULT, 2005a, p. 130). O sujeito do enunciado não deve ser confundido com o autor de uma frase, por exemplo. Este é causa ou origem de uma formulação; aquele, ao contrário, ocupa uma *função vazia*, que pode ser ocupada por qualquer um, desde que cumpra as exigências para participar de uma determinada formação discursiva. A arqueologia não procura determinar a relação do que foi dito com seu autor, mas “[...] a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (FOUCAULT, 2005a, p. 108). O indivíduo para ocupar a posição de sujeito de um discurso precisa ser autorizado institucionalmente. E, assim, a relação com o não-discursivo se estabelece.

Uma terceira característica para se formar um enunciado é que este não se exerce sem a existência de um domínio associado. “Não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências, efeito de séries e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (FOUCAULT, 2005a, p. 112). Isto significa que um enunciado não se exerce de modo neutro e independente, mas sempre em meio a outros.

Enfim, a quarta condição para existência do enunciado: ter existência material. Essa materialidade do enunciado não lhe é dada como acréscimo ao se manifestar, mas “ela é constitutiva do próprio enunciado [...]” (FOUCAULT, 2005a, p. 114). A materialidade não se refere à realidade factual que um enunciado pode ter, mas depende de sua ordenação institucional. “O regime da materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal” (FOUCAULT, 2005a, p. 116). Isto quer dizer que o mais importante no jogo discursivo não é o lugar e a data, mas o suporte, ou seja, uma mesma proposição ou frase pronunciada em épocas diferentes não constituem um mesmo enunciado, pois sua condição de materialidade mudou. Por exemplo, a afirmação de que a “terra é o centro do universo” dificilmente seria questionada durante o período medieval, no entanto, hoje ela torna-se inconcebível. Foucault entende por suporte material as condições não-discursivas que possibilitam o aparecimento de um discurso.

Esses quatro elementos funcionais determinam que se conceba um objeto para o pensamento não constituído apenas como referência a algo factual, mas por relações

discursivas, onde há condições que permitem dizer alguma coisa sobre algo. “Definir esses *objetos* sem referência ao *fundo das coisas*, mas relacionando-os ao conjunto de regras que permitem formá-los como objetos de um discurso e que constituem, assim, suas condições de aparecimento histórico” (FOUCAULT, 2005a, p. 53). Por exemplo, esse foi o projeto que procurou desenvolver em a *História da Loucura*, na qual mostrou que o fato de a loucura ter aparecido como objeto para a psiquiatria não se deve a um saber que a conhece em si, mas constituído na relação de domínio desta à ordem da razão. Mostrou também que este domínio se efetivava por práticas discursivas e não-discursivas.

Com estas quatro funções do enunciado, a arqueologia situa sua investigação no domínio do acontecimento: quer entender o conjunto das regularidades que permitem que um enunciado apareça e outros sejam elididos. Para Foucault (1971, p. 23): “[...] trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento”. Não é uma descrição *do* enunciado, mas das suas *condições de existência*. Postura kantiana, pois concebe a filosofia como atividade de reflexão sobre as condições que possibilitam algo surgir: em Kant, as condições da representação; em Foucault, as condições de formação do discurso. A questão que a arqueologia coloca é em torno da ocorrência do enunciado: “[...] qual é essa irregular existência que surge no que se diz e em nenhum outro lugar?” (FOUCAULT, 1971, p. 23).

Neste horizonte, para Foucault a descrição arqueológica do enunciado é uma análise histórica as condições que este requer para que possa ser dito como objeto discursivo, do lugar que ocupa enquanto sujeito, de sua coexistência em meio a outros enunciados e do modo de seu uso material. Em outras palavras, o discurso é formado a partir de um campo prático, onde são estabelecidas regras que determinam o aparecimento de objetos, uma função de sujeito, a criação de conceitos e o estabelecimento de estratégias.

O ÂMBITO DO NÃO-DISCURSIVO

Todo esse empreendimento arqueológico da obra de 1969 visa libertar-se de uma tradição histórico-transcendental baseada numa subjetividade fundadora, para a qual há por trás da história manifesta outra história mais fundamental⁴. Foucault afirma que:

Desse tema a análise enunciativa tenta libertar-se, para restituir os enunciados à sua pura dispersão; para analisá-los em uma exterioridade sem dúvida paradoxal; já que não remete a nenhuma forma adversa de interioridade; para considerá-los em sua descontinuidade [...]; para apreender sua própria irrupção no lugar e no momento em que se produziu; para reencontrar sua incidência de acontecimento (FOUCAULT, 2005a, p. 138).

⁴ Se por um lado, Foucault procura sair de uma interpretação transcendental, por outro lado, quer evitar cair em uma análise marxista, a qual reduz a relação entre o discurso e o não-discursivo a uma relação do tipo expressionista, ou seja, o discurso como expressão de interesses da infra-estrutura econômica.

Em toda a trajetória arqueológica percebe-se uma mesma preocupação: libertar o discurso da tradicional estrutura antropológica que domina o saber moderno. Sendo que, nas últimas páginas da obra de 1969, o autor formula a ideia de que a questão: “qual é o medo que faz procurar em termos de uma história transcendental?” (2005a, p. 235), só pode ter uma resposta política. Ao invés de analisar o saber somente pela positividade, deve-se analisá-lo “[...] na direção dos comportamentos, das lutas, dos conflitos, das decisões e das táticas”, diz Foucault (2005a, p. 218). Ideia apresentada, mas não tematizada nesta obra, apenas serve como um direcionamento para as pesquisas e obras que viriam a seguir.

Parece que, se na arqueologia a relação com o não-discursivo não é tão explícito se deve ao fato de que sua principal preocupação é libertar o discurso de sua realidade apagada, constituída pelo pensamento antropológico da modernidade. Daí que, o pensador francês quer através da análise arqueológica resgatar o estatuto do domínio do discurso, este que foi apagado em sua manifestação de instrumento devido à constituição do pensamento antropológico, elisão que levou a não reconhecer que o discurso é um espaço de ordenação das coisas para o saber. Ao se reconhecer enquanto sujeito de sua ação, de seu pensamento e de sua fala, o homem moderno elide o discurso como uma *unidade de funcionamento* (FOUCAULT, 2005b, p. 25), ou seja, não se admite que sejam as transformações no regime dos discursos que permitem “[...] empregar estas palavras e não aquelas, este tipo de análise e não aquele, que se pudessem olhar as coisas sob um ângulo e não sob outro”, afirma Foucault (2005d, p. 25).

Segundo Sergio P. Rouanet (1971) na obra *A Arqueologia do Saber* há essa preocupação com a relação do discurso e o não-discursivo. No entanto, ela está obscurida pelo seu ataque a história antropológica. “Se depurarmos a Arqueologia de sua apologética anti-antropológica, veremos que atrás desse ascetismo do discurso existe uma constante preocupação com a “embreagem” do discursivo no não-discursivo” (ROUANET et al, 1971, p. 118).

Assim, a análise arqueológica da obra de 1969 visa mostrar que em um discurso existem regras que definem o que as coisas são e como elas devem ser interpretadas. Nisso sua tarefa é uma ruptura com a tradição filosófica, pois não busca o conhecimento como representação (modelo da filosofia clássica), nem os fundamentos *a priori* que constitui as coisas (modelo kantiano da filosofia moderna). “Em meu livro não havia análise das palavras e nenhuma análise das coisas” (FOUCAULT, 2005b, p. 150). O pensador francês não faz análise das coisas porque ela não permite perceber um acontecimento, este só é perceptível no próprio discurso que o manifesta. O discurso diz o acontecimento ao mesmo tempo em que este se revela no próprio discurso. Daí, que somente através da análise arqueológica do discurso é possível desvelar um acontecimento.

Para o autor, o problema não é o de saber *por que* surgiu subitamente algo novo em um determinado ponto do espaço-tempo, mas *como* ocorre e se manifestam historicamente suas transformações. Isto significa que não se quer encontrar uma razão ou uma influência para algo ter surgido, antes se busca o acontecimento que o torna possível. Não busca o fundamento de algo, mas analisar transformações. Em uma análise arqueológica “[...] busquemos saber o que aconteceu, o que foi transformado, o que foi diminuído, o que foi deslocado, qual é o conjunto das transformações que permitem passar de um estado do discurso científico a um outro” (2006b, p. 235). Definir as transformações em sua especificidade é buscar sua condição manifesta e não o que lhe é anterior e provocaria sua existência. A arqueologia deve “[...] definir com o maior cuidado as transformações que, eu não digo: provocaram, mas *constituíram* a mudança” (FOUCAULT, 1972, p. 62). Com isso, quer evitar toda análise que busca uma origem (fundamento) para algo e buscar compreender como algo surgiu como uma construção histórica determinada.

A noção de “acontecimento discursivo” (2005a, p. 30) é que permite a Foucault relacionar o acontecimento enunciativo com acontecimentos que são de outra ordem (técnica, econômica, social, política). Em entrevista realizada por Rouanet e Merquior⁵, Foucault chama a dimensão do não-discursivo pela denominação de *pré-discursivo* (ROUANET et al, 1971, p. 24). Com este termo, Foucault não quer mudar o sentido como entende as práticas sociais e institucionais na sua relação com o discurso. Ambos os termos não devem ser entendidos, em relação a essas práticas, como meramente aquilo que é anterior ao discurso, antes, referem-se a relação que estabelece seu funcionamento e lugar no nível do discurso.

Na dimensão da formação discursiva não quer dizer que o não-discursivo determine os objetos ou os enunciados, mas que constituem o domínio determinado sem o qual não é possível aparecer objetos nem enunciados. Por isso, a arqueologia não quer mostrar como o não-discursivo constituiu ou modificou os conceitos de um discurso, mas como este se articula com práticas que não são da mesma natureza. Foucault descrevendo sobre discurso médico na obra *O Nascimento da Clínica* afirma que a arqueologia: “[...] quer mostrar não como a prática política determinou o sentido e a forma do discurso médico, mas como e por que ela faz parte de suas condições de emergência, de inserção e de funcionamento” (FOUCAULT, 2005a, p. 184). Enquanto arqueólogo, Foucault investiga o discurso científico como saber, isto porque toda e qualquer ciência se localiza em um campo de saber, ou seja, em certas condições de formação que possibilitam o conhecimento científico ser dado e aceito como verdadeiro. Neste sentido, Foucault afirma:

⁵ Esta entrevista foi realizada semanas antes do discurso da aula inaugural no Collège de France, em 2 de dezembro de 1970 (Cf. ROUANET, S.P; MERQUIOR, J.G. 1971).

O que torna possível uma ciência, nas formações pré-discursivas, é a emergência de um certo número de objetos que poderão tornar-se objetos de ciência; é a maneira pela qual o sujeito do discurso científico se situa; é a modalidade de formação dos conceitos. Em suma, são todas essas regras, definindo os objetos possíveis, as posições do sujeito em relação aos objetos, e a maneira de formar os conceitos, que nascem das formações pré-discursivas e são determinadas por elas. É somente a partir dessas regras que se poderá chegar ao estado terminal do discurso, que não exprime, portanto, essas condições, ainda que estas o determinem (ROUANET et al, 1971, p. 24).

Para o pensador francês, na arqueologia tudo se passa no nível discursivo. As condições não-discursivas fazem parte das condições de emergência do próprio discurso. Os conceitos constituídos, os objetos formados, as estratégias traçadas são dados na interação do espaço discursivo com o não-discursivo. O discurso entendido como uma prática não poderá ser separada das práticas que não são discursivas, pois a relação do discurso com o não-discursivo é algo que se dá no próprio acontecimento discursivo. Tradicionalmente, seja pelas filosofias da consciência ou pelo marxismo, o não-discursivo foi considerado como exterior ao discurso, agora, com Foucault deve ser pensado na própria trama do discurso, pois é inseparável de seu processo produtivo.

Pode-se então dizer, que ao analisar o discurso em sua materialidade de enunciado Foucault concebe a existência de um discurso como dependente de um suporte não-discursivo. Essa também é a ideia defendida por Araújo, que afirma (2007, p.7): “o discurso tem um suporte histórico, institucional, uma materialidade que permite ou proíbe sua realização”. Já Dominique Lecourt expressa essa situação dizendo: “[...] torna-se necessário pensar a história dos acontecimentos discursivos como estruturada por relações materiais que se “incarnam” (sic) em instituições” (ROUANET et al, 1971, p. 50).

As regras que são colocadas em ação nas práticas discursivas formam sistemas que, segundo Foucault (2005a, p. 146): “[...] instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização)”. O enunciado ao instaurar-se como acontecimento também se instaura como coisa. Enquanto coisa, o enunciado expressa sua realidade material, localizável institucionalmente. Foucault quando interpreta o enunciado (discurso) em sua materialidade de utilização parece estar dando outro sentido ao não-discursivo. O discurso exerce uma força sobre aqueles a quem é dirigido. “[...] falar é fazer alguma coisa”, diz Foucault (2005a, p. 234). Aqui se expressa o horizonte de aplicação do discurso e não mais das condições de sua formação.

Segundo Deleuze (2005, p. 16-21), na obra *Foucault*, a regularidade enunciativa coloca em jogo um espaço que se divide em três fatias: um *espaço colateral*, em que há uma multiplicidade do enunciado existente em um mesmo grupo, onde o enunciado “[...] define-se antes de mais nada por linhas de variação inerente ou por um

campo de vetores que se distribuem no espaço associado [...]” (2005, p. 18); um *espaço correlativo*, onde o enunciado é relacionado com seus sujeitos possíveis, objetos e conceitos. A posição do sujeito constitui uma variável intrínseca do enunciado. O objeto do enunciado não consiste em um estado de coisas, mas deriva do próprio enunciado, é um objeto discursivo; por fim, coloca em jogo um *espaço complementar*, o qual é o espaço de formações não-discursivas (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Todo e qualquer enunciado remete a um meio institucional, sem o qual não haveria como objetos serem formados, nem sujeitos ocuparem um espaço para falar. Para Deleuze, neste espaço complementar a relação do discurso com o não-discursivo não é de paralelismo vertical, nem de causalidade horizontal, mas um terceiro caminho: *relações discursivas com os meios não-discursivos*, ou seja, a relação não é interior nem exterior ao discurso, antes uma relação de coexistência, onde os acontecimentos não-discursivos constituem “[...] o horizonte determinado sem o qual tais objetos de enunciados não poderiam aparecer, nem tal lugar ser reservado dentro do próprio enunciado” (2005, p. 21).

Enfim, na obra *A Arqueologia do Saber* percebe-se claramente, embora não teoricamente, o estatuto da relação entre o discurso e o não-discursivo e, também, a indicação de análise do discurso vinculado ao poder. Assim, afirma em relação ao discurso:

Ele aparece como um bem – finito, limitado, desejável, útil – que tem suas regras de aparecimento e também suas condições de apropriação e de utilização; um bem que coloca, por conseguinte, desde sua existência (e não simplesmente em suas “aplicações práticas”), a questão do poder; um bem que é, por natureza, o objeto de uma luta, e de uma luta política (FOUCAULT, 2005a, p. 136-137).

Embora na fase arqueológica ainda não apareça à ideia de poder⁶ como noção fundamental de análise, já é com este campo de aplicação que Foucault relaciona o discurso. Isto porque a relação de força que o não-discursivo exerce no discurso é justamente o que mais tarde denominará como relação de poder.

Assim, a tarefa da arqueologia é localizar no sistema discursivo o conjunto das relações que o constituem. Para que aí “[...] o arqueólogo, como o filósofo nietzschiano, é forçado a operar golpes de martelo” (FOUCAULT, 2005b, p. 25). Libertar-se do que se pensa, mostrando que é possível e preciso pensar diferente são tarefas essenciais do arqueólogo na análise dos discursos.

6 Este trabalho não teve como objetivo analisar a relação entre saber-poder da fase genealógica, pois o que se quer demonstrar é a relação do discurso com o domínio não-discursivo presente na fase arqueológica. Foucault declara (2005d, p. 06) ter consciência de não ter usado a palavra *poder* como um campo de análise nas obras anteriores a 1968, mas que ele estava presente desde o início no saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto procurou mostrar que a relação com as instâncias não-discursivas parece um problema não resolvido na arqueologia de Michel Foucault. Apesar da ênfase na materialidade do discurso e da condição de coexistência deste com o não-discursivo, tem-se a impressão que o domínio não-discursivo é utilizado apenas como coadjuvante do discurso. No entanto, embora o autor não tenha deixado suficientemente claro, a relação é fundamental, pois um acontecimento discursivo não é possível realizar-se sem a coexistência dos elementos não-discursivos. Assim, nesta análise, buscou-se traçar os principais elementos desta articulação, defendendo a ideia de que a noção de acontecimento discursivo, que surge na obra *A Arqueologia do Saber* (1969), é indispensável para entender esta relação.

Ainda, verificou-se que a crítica ao sujeito moderno como identidade e fundamento de todo conhecimento parece ser o ponto de ataque das obras da fase arqueológica. Sendo que uma das ideias que fundamentam sua crítica é o de que o não-discursivo exerce importante papel para delimitar o espaço que um sujeito pode vir ocupar em um discurso. O não-discursivo permite pensar o dessujeitamento, ou ainda, para usar um termo deleuziano, a desterritorialização do sujeito. Assim, analisar a relação entre o discurso e o não-discursivo é uma tarefa necessária para compreender como Foucault justifica sua filosofia como uma fuga das filosofia do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Formação discursiva como conceito chave para a arqueogenealogia de Foucault**. Revista Aulas: n.3, dez.2006/mar.2007.

CARDOSO, Irene de A.R. Foucault e a noção de acontecimento. **In: USP. Tempo Social**. São Paulo: Revista de Sociologia da USP, v7, nº. 1-2 (out.), 1995, p. 53-66.

DELEUZE, Gilles. **Foucault** Tradução Claudia Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 7 ed. Tradução Luiz F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005a.

_____. **A Ordem do Discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed. Tradução Laura F. A. Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006a.

_____. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 2 ed. Manoel B. da Motta (Org.) e Tradução Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005b.

_____. **As Palavras e as Coisas**. 8 ed. Tradução Salma T. Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Estratégia, poder-saber**. 2 ed. Manoel B. da Motta (Org.) e Tradução Vera L. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.

_____. **História da Loucura: na Idade Clássica**. 8 ed. Tradução José T. Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2005c.

_____. **Microfísica do Poder**. 21 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005d.

_____. **O Nascimento da Clínica**. 5 ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

_____. Resposta a uma questão In: **Tempo Brasileiro**. N 28 (jan.mar.), 1972, p. 57-81.

_____. Sobre a Arqueologia das Ciências In: **Estruturalismo e Teoria da Linguagem** Tradução Luiz Felipe B. Neves. Coleção epistemologia e pensamento contemporâneo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1971, pg. 9-55.

RABINOW, Paul.; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica** Tradução Vera P. Carreto. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ROUANET, Sergio P. et al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Comunicação/3, 1971.

ROUANET, S.P; MERQUIOR, J.G. Entrevista com Michel Foucault. In: ROUANET et al. **O homem e o discurso: a arqueologia de Michel Foucault**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Comunicação/3, 1971, p. 17-42.7

Data de submissão: 30/03/2014

Data de aprovação: 02/06/2014

